

Política pública para a agricultura familiar, extensão rural e a inserção de pescadores artesanais: “será que dá peixe”?

Public policy for family agriculture, rural extension and the insertion of artisanal fishermen: "will it give fish"?

DOI:10.34117/bjdv7n5-359

Recebimento dos originais: 07/04/2021

Aceitação para publicação: 03/05/2021

Adriane Lobo Costa

Médica Veterinária (UFPel, 1986), Extensionista Rural da Ascar/Emater-RS (1990), Mestre em Educação Ambiental (FURG, 1999), Especialista em Realidade Brasileira (UnB, 2006) e em Desenvolvimento Rural (UFRGS/PGDR, 2016).

E-mail: adri@emater.tche.br

Jalcione Almeida

Professor e pesquisador dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS – www.ufrgs.br/temas). Pesquisador CNPq.

RESUMO

Este texto busca avaliar a aplicação de uma política pública concebida sob a ótica da agricultura familiar para uma comunidade de pescadores artesanais no município de Pelotas-RS, mediada pela assistência técnica e extensão rural oficial. Intenta-se, através de metodologias participativas e de aproximação aos conceitos de *modo de vida* e *território*, caracterizar algumas diferenças históricas entre categorias socioproductivas distintas, bem como identificar as principais percepções das pescadoras e pescadores sobre a política pública em questão. Conclui-se, em resumo, que a aplicação da política é avaliada pelos "beneficiários" como "positiva", mas que carece de capacitação dos técnicos que nela trabalham e da sua presença continuada na comunidade.

Palavras-chaves: Políticas públicas, Pescadores artesanais, Agricultura familiar, Assistência técnica e extensão rural, Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This paper seeks to evaluate the application of a public policy conceived from the perspective of family farming to a community of artisanal fishermen in the municipality of Pelotas-RS, mediated by official technical assistance and rural extension. It is intended, through participatory methodologies and approach to the concepts of way of life and territory, to characterize some historical differences between distinct socio-productive categories, as well as to identify the main perceptions of fishermen and fisherwomen about the public policy in question. Concluiu-se, em resumo, que a aplicação da política é avaliada pelos "beneficiários" como "positiva", mas que carece de capacitação dos técnicos que nela trabalham e da sua presença continuada na comunidade.

Keywords: Public Policies, Artisanal fishermen, Family farming, Technical assistance and rural extension, Rural development.

1 TEMA, CONTEXTO E PROBLEMA

Pescadores artesanais têm sido historicamente alijados das políticas públicas no Brasil. A trajetória desta categoria socioproductiva, na tentativa de sair da sujeitada *colonização*¹ para o acesso aos benefícios da cidadania e de legitimação de uma profissão, trazem consigo períodos de revoltas e resistências que são lembrados até hoje em inúmeras comunidades pesqueiras².

O aparato das organizações estatais e “paraestatais”³ de representação da pesca ocuparam espaço na gestão pesqueira ao assumir a tarefa de “atestar” a atividade dos pescadores. Esse *poder* gerou muitas distorções dentro da categoria, pelo ingresso indevido de pessoas que ou não tinham nada a ver com a atividade e queriam acessar “benefícios”, ou eram pescadores amadores que queriam a carteira de pescador profissional para poder “pescar de rede”, o que não é permitido ao amador, ou seja, eram *falsos pescadores*. O conceito de pescador profissional artesanal foi construído socialmente e, em espaços onde a categoria desenvolvia sua autonomia através da reflexão, se engajava também na disputa do conceito, já que o mesmo é o balizador do acesso a muitas políticas, além da necessária normatização dos benefícios previdenciários e assistenciais (COSTA, 2007). Essas normatizações estão inscritas no Registro Geral da Pesca – RGP, atualizado pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, chamada Lei da Pesca. No art. 8º, é dada a classificação das pescas, segunda sua

¹ *Colonização*, nesse caso, se refere à forma de organização que os pescadores foram sujeitados, as Colônias de Pesca, fundadas em todo o território nacional entre 1919 e 1923. O objetivo das Colônias era de listar os pescadores para necessária defesa da costa brasileira, entre outros (COSTA, 2007).

² Existe uma campanha permanente coordenada pela Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP com objetivo de manutenção dos “territórios pesqueiros”, na qual denúncias de arbitrariedades e impactos negativos na pesca pelo assédio aos espaços pesqueiros são constantemente veiculadas. Nesse sentido, ver <https://www.cppnacional.org.br>

³ “O grande descaso do Estado com a pesca, historicamente, fez com que instâncias dos pescadores se transformassem em estruturas paraestatais de manipulação política da categoria” (COSTA, 2007, p. 245).

natureza, conforme enuncia a Seção I.⁴ Em 2015, o Decreto n° 8.425 regulamentou os artigos 24 e 25, que constam no Capítulo VI: Do acesso aos recursos pesqueiros.⁵

Quando da criação da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República – SEAP/PR⁶, em 2003, um controle maior foi sendo exigido e muitas ações da Polícia Federal (PF) foram desencadeadas. O envolvimento da PF nessa questão deve-se principalmente à inscrição no Registro Geral da Pesca – RGP como a primeira entrada para o acesso ao Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA⁷. O recebimento indevido do seguro é considerado fraude ao SDPA, portanto, um crime federal. Uma das formas de registro irregular é o fornecimento de atestado falso da atividade pesqueira pelas organizações dos pescadores, em especial as Colônias de Pescadores (ou sindicatos afins). Esse “atestado da atividade profissional”, quando emitido indevidamente, inclui pessoas nos programas aos quais os pescadores artesanais têm direito, como o Pronaf ou o *seguro-defeso* (COSTA, 2007). Uma das razões que pode ser apontada para esse problema é a dificuldade de conceituar essa *categoria socioproductiva* com vistas à normatização.

⁴ Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

⁵ Art. 2º São categorias inscritas no RGP : I - pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte; (...). (Decreto 8.425, de 31 de março de 2015).

⁶ Em 26/06/2009 foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, extinto pela Lei 13.266, de 05 de abril de 2016. Hoje, a gestão pesqueira está na Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Decreto 9.667, de 02 de janeiro de 2019).

⁷ O SDPA, conhecido como *seguro defeso*, até 2015 era encaminhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A partir desse ano, passou a ser emitido pelo Ministério da Previdência Social/INSS. É uma política para compensar períodos em que a pesca fica proibida por questões ambientais como reprodução de espécies, recrutamento de reprodutores ou jovens, ou outro motivo que possa prejudicar a manutenção dos estoques pesqueiros. Os pescadores que comprovarem sua atividade pesqueira recebem um salário mínimo por mês de proibição. (Biblioteca da Presidência, 2021). No caso do estuário da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, o período de proibição da pesca da maioria das espécies vai de junho a setembro. Para acessar o SDPA, é necessário ter o RGP ativo.

Sem desconsiderar que os aspectos organizacionais da categoria sempre foram dificultadores da participação autônoma e consciente dos "pescadores profissionais artesanais" (como é definida a profissão), sabe-se que em grande parte das localidades em que as políticas públicas chegaram estas foram consideradas *benesses* de alguém próximo, que mais cedo ou mais tarde lhes cobrou ou cobrará a conta. Portanto, a constituição histórica da categoria profissional e a construção do seu processo de pertencimento passam por questões legais conturbadas e contraditórias. O intuito principal do registro, que deveria ser a Gestão Pesqueira⁸, acaba por ser um instrumento de opressão e controle nas comunidades.

Depois de inúmeras alterações e mudanças, algumas profundas, outras sutis, desde o início do regramento da profissão de pescador, no início do século XX, o conceito de *pescador (profissional) artesanal* vem sendo configurado. O conceito normativo que está definido na Instrução Normativa nº 06 de 29 de junho de 2012, do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA⁹, ainda está em vigor, mesmo que com a extinção do Ministério. Apesar disso, essa definição tem uma grande dificuldade de ser aplicada, já que a diversidade das pescas no Brasil é bastante grande.

Os pescadores artesanais diferem entre si em vários aspectos, como por exemplo, em suas formas de organização, tipos e locais de pescarias, locais de moradia, entre outros. Entretanto, o modo de se expressar pelo seu trabalho lhes confere uma cultura específica, um *modo de vida* (DIEGUES, 1998; 2001). Portanto, embora tenham aspectos em comum no que diz respeito à sua inserção produtiva na sociedade (RAMALHO, 2007), que lhes caracteriza como uma categoria profissional, ainda assim

⁸ “A renovabilidade dos recursos pesqueiros, assim, é indissociável da noção de manejo ecológico, ou seja, da 'utilização' dos recursos naturais pelo homem, baseada em princípios e métodos que preservam a integridade dos ecossistemas”, a implicar, necessariamente, sua gestão, ou gerenciamento, consistente, a seu turno, no “conjunto de ações que visam disciplinar as relações do uso de recursos naturais e necessidades humanas sem comprometer a qualidade e o equilíbrio ambientais” (BECKER, 2003, p. 17).

⁹ Art. 2º: Para efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - *Aprendiz de Pesca*: indivíduo com mais de 14 e menor de 18 anos que atua de forma desembarcada ou embarcada como tripulante em embarcação de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, assim como as normas da Autoridade Marítima;

II - *Pescador Profissional*: pessoa física, brasileiro nato ou naturalizado, assim como o estrangeiro portador de autorização para o exercício profissional no País, desde que atendam os requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa e que exerçam a pesca como atividade principal e com fins comerciais, fazendo dessa atividade sua profissão e principal meio de vida, podendo atuar na pesca artesanal ou na pesca industrial, da seguinte forma:

a) *Pescador Profissional na Pesca Artesanal*: aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com AB (Arqueação Bruta) menor ou igual a 20 (vinte); e b) *Pescador Profissional na Pesca Industrial*: aquele que, na condição de empregado, exerce a atividade de pesca profissional em embarcação de pesca com qualquer AB (Biblioteca da Presidência, 2021).

a diversidade se relaciona aos *modos de vida* específicos de cada cultura local ou regional (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Um elemento fundante para a constituição do modo de vida é o *território*, pois é *nele e por meio dele* que as relações sociais/produativas e ambientais se estabelecem (SANTOS, 1999; COELHO NETO, 2013; MPPA, 2012). Portanto, o território influencia fortemente na construção do *modo de vida pescueiro* e vice-versa. A identidade ou pertencimento (GUERRA, 1993) é fruto das relações estabelecidas no território, como espaço de interação socioproductiva e no seu modo de vida, como espaço de manifestações do individual, do imaginário, dos sentimentos, conferindo formas de se relacionar socialmente e com a natureza que constituem redes de conhecimentos e afazeres (DIEGUES, 1998; RAMALHO, 2007).

Já o conceito de *agricultura familiar* vem sendo gestado no máximo há três décadas no Brasil, pois até a década de 1990 não existiam políticas especiais de financiamento desse segmento socioproductivo que produz com a força familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAT), em 1994, que, em 1996, se transformou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁰, se propondo a ser uma política impulsionadora “de um novo modelo agrícola nacional” (PRONAF, 1996), ficou marcada uma nova etapa da agricultura brasileira por reconhecer um segmento socioproductivo que até então era minimizado/invisibilizado na economia nacional. Além das pressões dos sindicatos e organizações, que na época reivindicavam compensações a um modelo agrícola conservador adotado no país, foi um estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, de 1994, que instrumentalizou o debate quando desenvolveu uma conceituação e trouxe importância socioeconômica para este segmento (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Desafortunadamente, em 1998, no início do mês de setembro, no Canal do Rio Grande, no município de mesmo nome, houve um derramamento de 10.000 t de ácido sulfúrico do navio Bahamas, de nacionalidade maltesa, justamente no período de abertura das importantes safras de corvina (*Micropogonias furnieri*), tainha (*Mugil platanus*) e bagre (*Netuma barba*). Com a proibição da pesca, o governo, cedendo à pressão do movimento dos pescadores da região, da imprensa (já em abrangência internacional), de órgãos governamentais e não governamentais, alterou as regras do

¹⁰ Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

Manual de Crédito Rural - MCR e incluiu os pescadores artesanais como "beneficiários"¹¹ do Programa (COSTA, 2007).

Anos mais tarde, em 2006, a Lei nº 11.326 definiu os "beneficiários" das políticas públicas para a agricultura familiar por meio do estabelecimento das Diretrizes para a Política Nacional para a Agricultura Familiar:

[o] público-alvo do programa também foi ampliado significativamente ao longo dos anos. De acordo com as regras do Plano Safra 2013/2014, além dos produtores que já faziam parte de sua primeira versão, agora podem acessar os financiamentos do Pronaf as famílias de agricultores assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, *pescadores artesanais*, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias e *não agropecuárias no meio rural*. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão (DAP), que se enquadram na categoria genérica de 'agricultor familiar'" (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 58-59 - destaque acrescido).

Dentre as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA¹², que foi extinto em 2016, além do PRONAF que se encontrava no Departamento de Financiamento e Proteção à Produção da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ao MDA coube, desde 2003, a reformulação dessa política que havia sido extinta em 1990. A partir de 2010, o MDA passou a utilizar as *Chamadas Públicas*¹³, que é uma modalidade de dispensa licitatória para a contratação de serviços de ATER nos estados, a partir do lançamento de propostas

¹¹ O termo "beneficiários" é próprio à gramática desenvolvimentista, como sugere a relação entre este termo e "doadores" e as mais diversas dicotomias relacionadas a projetos de desenvolvimento e cooperação técnica. Este jargão estaria refletindo uma economia política internacional, ou seja, traços de assimetrias e hierarquias entre um "centro" e uma "periferia" (SANTOS, 2005; MILANI, 2012).

¹² O MDA foi criado em 25/11/1999, pela MP nº 1.911-12, regulamentadas pelo Decreto 7.255, de 4 de agosto de 2010. Em 2016, pela MP nº 726, que alterou a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, transfere as competências do MDA para o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS. Já o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere competências do MDS para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República – SEAD.

¹³ A Chamada Pública é um processo para formalização de dispensa de licitação, instituída para ATER pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que se encontra em vigor. Ela "*institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências*". Em seu art. 27, inciso XXX, a inclusão de "*instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal*" na Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/93), permitiu a contratação desses serviços através de Chamadas Públicas, sempre levando em consideração os princípios gerais da Administração Pública. Também é usada para processos de aquisição de alimentação escolar (MESSIAS; CAMARGO, 2016).

e pela concorrência pública entre as entidades que se enquadram e se propõem a apresentar projetos.¹⁴

Os serviços de extensão rural, por buscarem o desenvolvimento das comunidades rurais e serem executores de políticas públicas das três esferas públicas, “... apresentam-se como uma das principais ferramentas na promoção do desenvolvimento rural sustentável, possibilitando aos produtores familiares acessar políticas públicas que endossam este processo” (SILVA, 2017, p. 83). Em 2012, havia a expectativa de que seria lançada pelo MDA uma Chamada Pública para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA, em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Como o debate sobre o tema da pesca artesanal faz parte das prioridades de trabalho da ASCAR-EMATER/RS na Região de Pelotas/RS, a *Chamada da Sustentabilidade*¹⁵ abriu a possibilidade de retomar o trabalho com a categoria dos pescadores artesanais nos municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, fazendo parte do Lote 48. O objetivo foi o de retomar o trabalho sistêmico com essa categoria socioproductiva para os três anos seguintes, a partir da contratação dos serviços em 2013.

Em São Lourenço do Sul, segundo relatos dos agentes de extensão rural municipais e regional, não houve interesse dos pescadores que foram convidados a discutir a proposta. Nesse município, portanto, a *Chamada* não se concretizou; já no município de Pelotas a proposta evoluiu e na comunidade da Colônia Z3 um grupo de famílias de pescadores aceitou e se tornou "beneficiário". Esse grupo já estava organizado, realizando feiras de pescado no município em diversos pontos da cidade desde 2003.

A *Chamada* no município de Pelotas esteve em desenvolvimento desde abril de 2013 até 2016. Pelo caráter inovador da aplicação de recursos em ATER e por se tratar de uma comunidade pesqueira, público recentemente incluído nas políticas públicas da agricultura familiar, algumas indagações se apresentaram: *i*) como os pescadores reagiram a esta política? *ii*) quais as dificuldades para aplicação do projeto? *iii*) quais potencialidades foram identificadas? e *iv*) quais atividades tiveram sucesso? Por meio

¹⁴ A ASCAR/EMATER-RS concorre nesses editais desde 2010. No ano de 2012 foi lançada a *Chamada Pública para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável - Chamada Pública SAF/ATER - nº 10/2012*. A ASCAR/EMATER-RS apresentou uma proposta e venceu nos cinco lotes (45 a 49) propostos ao Rio Grande do Sul.

¹⁵ Como o tema principal da *Chamada* é a sustentabilidade, ela se popularizou entre os técnicos como "Chamada da Sustentabilidade" e posteriormente assim foi levada às comunidades na maioria dos municípios.

de métodos de investigação participativa, bem como da análise documental, buscou-se responder a essas questões tendo como elemento principal a própria percepção dos pescadores sobre como a proposta se desenvolveu na comunidade.

Com o objetivo de identificar e analisar as percepções do grupo de pescadores artesanais da comunidade da Colônia Z3, em Pelotas, sobre a execução da *Chamada da Sustentabilidade*, também se buscou identificar os perfis das famílias envolvidas por meio dos Diagnósticos e Planos Individuais, do Diagnóstico e Plano Comunitário e das Avaliações dos Anos I e II (metodologias previstas no Edital e Proposta Técnica). Também foram caracterizados alguns aspectos do *modo de vida* e do *território* das famílias envolvidas e se avaliou os resultados obtidos. De forma complementar, buscou-se ainda identificar a percepção dos técnicos da Ascar/Emater-RS envolvidos na *Chamada*.

2 DELIMITANDO UM QUADRO CONCEITUAL

Para iniciar esta seção, um posicionamento teórico e político se faz necessário: neste trabalho, parte-se de aspectos e posições já bem debatidos na academia e na sociedade, mas nem por isso próximos de consenso. Destarte, entende-se a sociedade como reflexo dos movimentos históricos que nela se desenvolvem, influenciados por dinâmicas naturais, e que precisam ser vistos de forma interativa e interdependente. A *coevolução* fez parte da constituição física, biológica e social do planeta e, por essa razão, num "sistema", o todo será sempre maior que as partes e as relações sempre mais importantes que os elementos isoladamente (CAPRA, 1996). Também se assume aqui teorias e posições que refutam o crescimento a qualquer preço, desconsiderando as dinâmicas sociais e naturais já existentes. Portanto, subjacente ao objetivo desse trabalho está o entendimento de que as questões relativas ao ambiente (de dimensões social e natural) e relacionadas à interdisciplinaridade são prementes nos debates e práticas atuais (SANTOS, 2006).

No processo histórico vivido pela agricultura brasileira, o final da década de 1950 foi marcado por um processo de modernização intenso que passou a fazer parte da agenda dos países periféricos, transformando a agricultura desses países. A Revolução Verde¹⁶ teve seu *reflexo pesqueiro*. De meados dos anos de 1960 até meados de 1980, a

¹⁶ Almeida (1999, p. 44) define resumidamente a Revolução Verde como aquela “fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade por intermédio do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do ‘pacote tecnológico’”.

indústria pesqueira nacional incorporou equipamentos, embarcações e plantas industriais, subsidiadas ou incentivadas, algumas vezes nem chegando a utilizar toda a sua capacidade, antes do colapso pesqueiro começar no início dos anos de 1980 (VASCONCELLOS *et al.*, 2007; COSTA, 2013). Dessa forma, efeitos sociais e naturais avassaladores sobre as comunidades pesqueiras e seus territórios foram sentidos de inúmeras formas, muitas vezes gerando conflitos consideráveis. Em um estudo com comunidades pesqueiras litorâneas (DIEGUES; ROSSMAN, 1997 *apud* VASCONCELLOS *et al.*, 2007, p. 56) são apontados conflitos com o turismo (86,5%), pesca industrial (64%), aquicultura (54,4%), exploração de petróleo (45,5%), unidades de conservação (45,5%) e salinas (13,6%)¹⁷. Verifica-se que todos esses conflitos estão diretamente ligados a uma *política desenvolvimentista* adotada, que, tendo como *processo* a modernização, objetiva minimizar o *atraso* (ALMEIDA, 1999), o que, nesse caso, incluiria as comunidades tradicionais¹⁸.

Tanto na *sociologia pesqueira* (RAMALHO, 2005) como na *antropologia pesqueira* (DIEGUES, 1998), o *território* tem grande importância para os pescadores artesanais e está em total interação com o *modo de vida* das comunidades pesqueiras. É o território que vai determinar o tipo de pescaria a ser executada, implicando nas espécies a serem capturadas, épocas, tipos de *petrechos* (como são chamados os artefatos de pesca) e embarcações, e até mesmo nas manifestações religiosas e culturais.

No território em questão, as disputas de poder estão colocadas em diversos níveis. A etapa da comercialização da mercadoria dos pescadores artesanais, um dos níveis de disputa no *território*, é historicamente desfavorável a eles. Muitas vezes calcada em relações de poder sobre os meios de produção, em especial o frio para a conservação do pescado, os pescadores de comunidades mais distantes já partem nessa transação devendo o gelo, o *rancho*, o combustível e alguns outros favores aos compradores. Estes, não raros, são pescadores da própria comunidade que, incentivados

¹⁷ A cartilha da Campanha pelos Territórios Pesqueiros expõe que os principais conflitos com as comunidades pesqueiras são a carcinocultura, mineração, a política energética (hidrelétricas/barragens, termelétricas e parques eólicos), turismo e extração de petróleo (CARTILHA PARA O TRABALHO DE BASE DA CAMPANHA PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 2012, p. 8).

¹⁸ “Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como 'moderno' ou 'avançado' na literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição-modernidade. A tese do retardamento justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política etc.) aportada às unidades produtivas mais 'avançadas' (as mais intensivas), as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro, pela eliminação das mais 'atrasadas' que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso: é o êxodo rural que passa então a ser admitido como inexorável - e mesmo necessário - para permitir aos mais 'dinâmicos' se desenvolverem em boas condições” (ALMEIDA, 1999, p. 41).

por alguma indústria ou *salga*, se especializaram no comércio de pescado e passaram a ter outro *status* nas relações locais.

No ano de 1996 ocorreu uma grande frustração de safra, principalmente do camarão-rosa, e entidades da região Sul do Estuário da Lagoa dos Patos se mobilizaram para buscar alternativas às comunidades pesqueiras em situação de penúria, pois não tinham produto para comercialização. Dessas reuniões surgiu o Fórum do Estuário da Lagoa dos Patos, que envolve entidades dos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte (o município de Tavares foi incluído posteriormente), que são os que pertencem ao Estuário¹⁹. O Fórum era composto em 1996 por 21 representantes das entidades (hoje são mais de 30) ligadas ao setor pesqueiro e tem por objetivo fazer a gestão pesqueira compartilhada entre os órgãos reguladores, os pescadores e suas organizações e as entidades de ensino, pesquisa e extensão. Nas reuniões, realizadas mensalmente, são discutidos os problemas da pesca, trocadas informações e informes entre as comunidades dos municípios participantes. Várias legislações foram propostas nesse âmbito, como a Portaria IBAMA n° 171/98, INC MPA/MMA n° 03/04 e a criação da zona tampão proibindo a pesca de traineiras no entorno da entrada da Barra do Rio Grande, como forma de minimizar o assédio por barcos industriais aos cardumes de peixes e crustáceos em suas entradas ou saídas do estuário.

O processo de construção do Fórum passou por um reconhecimento da atividade e da profissão de pescador artesanal, gerando uma identidade regional que até então não era comum. Portanto, podemos afirmar que o Fórum da Lagoa contribuiu em muito para que as comunidades pesqueiras da região pudessem se enxergar e cada pescador se identificar com o “outro” pescador, mesmo que em locais de moradia e pescarias diferentes. A organização da categoria, que antes era praticamente restrita às Colônias de Pescadores, foi se ampliando e outras organizações surgiram, como associações, sindicatos e cooperativas (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013).

A pesca realizada no Estuário da Lagoa dos Patos é constituída por algumas espécies como o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), além de outros pescados que têm valor econômico considerável. Vasconcellos *et al.* (2007) constataram que as

¹⁹ Estuário é definido como o espaço em que as águas salgadas do mar e doces (da Lagoa) se misturam. Existe uma discussão interminável com relação à delimitação desse espaço físico, já que esse fenômeno de mistura das águas é extremamente variável. De qualquer forma, as Portarias e Instruções Normativas (IN) que foram publicadas através do debate do Fórum da Lagoa, definem o estuário como “a área compreendida entre a confrontação com Arambaré (Latitude 30° a 50° Sul) e a Barra do Rio Grande (Latitude 32° 10' Sul)” (INC MPA/MMA 03/2004).

pescarias artesanais constituem mais da metade do volume da pesca nacional, mas enfatizam a dificuldade de se obter dados confiáveis devido à característica dinâmica das pescarias²⁰. Apesar disso, com os dados disponíveis, chegaram à conclusão que 58% dos estoques importantes para a pesca artesanal se encontram em "estágio senescente ou colapsados", com mais da metade considerado colapsado²¹.

Como todo território é disputado, a costa do oceano também o é. Além das pescarias de alto mar (de atunídeos, por exemplo) e as da costa como os elasmobrânquios (cações e arraias, muitos proibidos), corvina (*Micropogonias furnieri*) e tainha (*Mugil spp.*), hoje, todas as pescarias economicamente importantes do Estuário são dependentes da entrada de água salgada, e com ela, larvas ou indivíduos juvenis ou já adultos. No oceano as pescas, comercialização, transporte, contrabando, tudo passa por um esquema oculto que envolve fortemente agentes e empresas de Santa Catarina, mas também de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, já que o regramento das pescarias por parte da União é feito considerando conjuntamente as regiões Sul e Sudeste pela sua homogeneidade (aparente).²²

Nesse aspecto, cabe lembrar que a pesca é uma concessão do Estado, visto que as águas são de domínio da União, bem como os organismos que nelas habitam. Portanto, mesmo no sentido normativo, a relação da atividade pesqueira com os temas ambientais é estreita, tendo os pescadores que respeitar inúmeras regras de caráter ambiental para poder exercer a atividade de forma regular²³.

Essas restrições e regramentos são históricos na atividade pesqueira, mas têm se intensificado a partir do período desenvolvimentista (DIEGUES, 2004). No exercício de sua atividade socioproductiva, o pescador artesanal está sujeito aos mais variados tipos de fiscalização, desde em relação à sua embarcação, tripulação, equipamentos, redes e pescados, até aos aspectos relativos ao transporte, beneficiamento e comercialização de

²⁰ Vasconcellos *et al.* (2007) constatam que o método utilizado para coleta de informações das pescarias artesanais é inadequado, pois foi construído para pescarias mono-específicas, o que não é o caso da pesca artesanal no Brasil.

²¹ O modelo utilizado na pesquisa foi descrito por Grainger e Garcia (1996) e proposto por Caddy e Gulland (1993), apresentando uma escala de produção das pescarias, indo do status "em desenvolvimento" ou "recuperação" (depende do estágio precedente) que equivale à declividade positiva da produção, pequenas mudanças na produção equivale à maturidade ou colapso (depende do estágio precedente) e finalmente o estágio senescente, que equivale ao declínio da produção (Vasconcellos *et al.*, 2007, Anexo 2).

²² A esse respeito ver reportagens veiculadas sobre esquemas de venda de licenças de pesca ilegais para embarcações ilegais.

²³ "A pesca é atividade econômica extrativa de recursos naturais renováveis. Recursos naturais renováveis, a seu turno, são aqueles que podem ser mantidos à perpetuidade, em regime de sustentação, ou seja, num regime que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações proverem suas próprias necessidades" (BECKER, 2003, p. 14).

seu pescado. Tudo deve estar burocraticamente em dia sob pena de sanções que podem ir desde notificações, apreensão dos seus meios de produção (barcos, redes, motores, freezers...), até multas impagáveis. Essas exigências demandam a perambulação em diversos órgãos licenciadores²⁴ e lhes obriga a carregar todos os documentos tanto em água, no ato da pesca, quanto em terra, no transporte, beneficiamento e comercialização de seu produto.

Essa relação ambiental estreita, pelo caráter extrativo da atividade, rege suas relações econômicas e, portanto, de poder, constituindo-se num *território*, que é onde as dimensões de poder se realizam (SANTOS, 2005). O *território pesqueiro* tem suas relações históricas dinâmicas e constituídas por uma relação estreita com o *tempo natureza* (CUNHA, 2000). Importante destacar que o território pesqueiro não está constituído somente de água, que é onde o peixe, animal *selvagem*, se transforma em *produto* dentro da embarcação do pescador, que é um dos seus meios de produção; é na terra que a relação comercial se estabelece, transformando seu produto em *mercadoria* e lhe atribuindo um valor de troca, invariavelmente desfavorável ao pescador. Dessa forma se concretiza não só a exploração do seu trabalho, mas também da natureza. Além disso, também é na terra que ocorre o convívio familiar e social. Portanto, o *território pesqueiro* envolve a água e a terra. Essa dinâmica, ao lhe conferir o seu *modo de vida*, se distancia fortemente da categoria de agricultor familiar *cultivador de terra*²⁵, que mesmo dependente da natureza em alto grau, faz nela seu cultivo, tendo um relativo grau de decisão²⁶.

A discussão sobre *modo de vida* é bastante remota e intensa nas ciências sociais. Inicialmente analisando os modos de vida de pessoas urbanas, levou-se em consideração mais os aspectos do consumo. Mas, o debate acerca dos aspectos do indivíduo e da

²⁴ “Assim como o licenciamento ambiental, a fiscalização ambiental de atividade utilizadora de recursos naturais possui compromisso teleológico com a proteção ambiental, de modo que não se pode reduzir a procedimento formal de verificação de documentos produzidos de forma dissociada da sustentabilidade ecológico-econômica da atividade” (BECKER, 2003, p. 17). Dessa forma, os pescadores profissionais artesanais da região necessitam de licenças e permissões de pesca dadas pelo MPA, IBAMA e Marinha, além dos documentos regulares exigidos a um “produtor primário” (agricultor), como talão de produtor, cadastro no INSS, registros, licenciamentos e alvarás para transporte, beneficiamento e comercialização, dentre outros, conforme o caso. Registra-se que o pescador comercializa majoritariamente *pescado*, ou seja, produtos de origem animal, e sob essas regras sanitárias de beneficiamento, transporte e comercialização estão situados.

²⁵ Aqui propõe-se uma distinção da categoria de agricultor familiar para demonstrar a ideia de que, embora o pescador artesanal seja um agricultor familiar *latu senso*, ele tem diferenças de atuação profissional marcantes, dentre elas o trabalho extrativo *vs* cultivo.

²⁶ “Um meio natural móvel e incerto, o mar é indivisível por marcos visíveis e não tem sido objeto de apropriação individual ou contínua, à diferença da terra, firme e com recursos fixos que tem sido pensada sempre em termos de divisão e apropriação” (MALDONADO, 2000, p. 96).

coletividade sempre esteve presente. Portanto, pode o *modo de vida* expressar questões que estão diretamente relacionadas aos aspectos mais íntimos ou individuais até os aspectos das relações e articulações dos sistemas produtivos, econômicos e, portanto, históricos da própria constituição da sociedade. GUERRA (1993, p. 68, *apud* JUAN, 1991) diz que o *modo de vida* tem a capacidade de articular as práticas cotidianas e os níveis de estruturação da historicidade, e propõe que essa categoria pode ser o nível intermediário entre o ator e o sistema, já que nessa ação o ator estaria também vislumbrando seu futuro.

Apesar de o pescador artesanal ser reconhecido desde a criação das colônias de pescadores, no início do século XX²⁷, a sua identidade e pertencimento, se por um lado é forte pela sua cultura, por outro é restrita em abrangência, ou seja, as comunidades pesqueiras só se reconhecem *ao alcance dos olhos*. Segundo GUERRA (1993, p. 69), identidade “é um conceito que pretende integrar a percepção e a ação sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e de imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas”. Ainda a autora, citando Taifel (1974), define identidade individual como “o conjunto organizado de sentimentos, representações, conhecimentos, lembranças e projetos face a si próprio”; e citando Knapp (1969) e Codol (1979), define identidade social como “a referência privilegiada, quer à pertença a um grupo ou a uma categoria social determinada” (GUERRA, 1993, p. 69).

Nesse âmbito, a partir do processo de construção de políticas públicas que ocorreram no país pós-2003, o arcabouço da categoria socioprodutiva dos pescadores artesanais foi sendo construído nos espaços institucionais proporcionados pelo Governo Federal, principalmente por intermédio de conferências²⁸ que passaram a acontecer e mobilizar um grande número de pessoas em diversas áreas. Azevedo e Pierri (2014) descrevem assim a criação da SEAP-PR:

²⁷ As Colônias de Pescadores começaram a ser fundadas em 1919 (COSTA, 2007).

²⁸ As Conferências Nacionais de Pesca e Aquicultura aconteceram nos anos de 2003, 2006, 2009 e 2011, cujos relatos são encontrados. Em 2013 foi anunciada a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura em Pesca em novembro, mas não encontramos nenhum registro de sua realização. Suas discussões e contribuições passaram desde a construção de políticas públicas no início da SEAP/PR, em 2003 GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). *Métodos de Pesquisa* até o referendo da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009. Cada conferência foi precedida de conferências locais, municipais, territoriais, estaduais, regionais e a nacional que levou à Brasília de 1500 a 2500 delegados em cada uma delas, mobilizando milhares de trabalhadores e órgãos governamentais nesse processo (Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 01 nov. 2015). Em 2005, houve o I Encontro das Trabalhadoras das Águas, que reuniu mulheres pescadoras e aqüicultoras de todo o Brasil num encontro inédito e rico em percepções e experiências. Em 2010, ocorreu em Itajaí o I Encontro Nacional de Territórios da Pesca e Aquicultura. (AZEVEDO; PIERRI, 2015). A noção de pertencimento nesse processo merece bastante atenção.

[n]o que diz respeito à participação e aos espaços de interlocução com a sociedade civil envolvida no setor, o governo criou duas instâncias principais: o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE), que é um órgão colegiado de caráter consultivo criado em 2003 como parte da estrutura da SEAP, e as chamadas Conferências Nacionais, precedidas por conferências estaduais, que são um mecanismo para aferir as demandas de diferentes segmentos da sociedade civil, neste, como em outros setores (AZEVEDO; PIERRI, 2014, p. 68).

As conferências oportunizaram àqueles que nunca haviam saído de seus lugares que conhecessem outras experiências e pessoas e participassem da elaboração e assinatura de documentos. Essa participação descortinou uma categoria socioprodutiva e uma atividade no Brasil até então invisíveis.

Os pescadores artesanais têm uma dinâmica muito própria de suas atividades e se diferem em vários pontos dos agricultores familiares (cultivadores da terra). Destacam-se desde o espaço físico de desenvolvimento de suas atividades, um na água, outro na terra, até a relação extrativismo/cultivo, que confere à atividade pesqueira uma complexidade específica, por lidar com um bem comum e difuso, os "corpos hídricos". Além disso, é uma atividade extrativista que não se baseia em ciclos artificiais de produção, já que depende da própria natureza e dos seus conhecimentos para lidar com ela. A escolha dos *petrechos* e a sua autonomia no exercício da atividade (embarcação, estrutura, capacidade de frio...) também influenciam no seu desempenho pesqueiro (RAMALHO, 2007). Dessa forma, uma das fortes características da profissão, que é o conhecimento das águas, suas dinâmicas e segredos, lhes confere uma identidade própria que lhes indica pertencerem a uma mesma categoria socioprodutiva, ou seja, um sentimento de pertencimento (RAMALHO, 2005).

A cultura própria de comunidades pesqueiras é um ponto incomum aos agricultores familiares. Um exemplo são as comunidades que antes viviam em isolamento e foram sendo envolvidas pelas cidades. Hoje, se tornaram vilas ou bairros urbanos, sendo, no enquadramento normativo, considerados agricultores familiares. Isso é possível porque, diferente dos agricultores, os pescadores retiram seu produto das águas, não necessitando, dessa maneira, comprovar a posse de terra. Em muitos casos, o fato de viverem em centros urbanos, por exemplo, os afasta de políticas públicas às quais poderiam ter direito se sua especificidade e compreensão de sua constituição histórica fossem levadas em consideração quando da elaboração da política. As categorias ligadas ao rural (como um espaço de produção de matéria-prima, alimentos e fibras, territorialmente definido como o *oposto ao urbano*), como os quilombolas,

indígenas, extrativistas, aquicultores familiares e pescadores artesanais reivindicam seus interesses nas políticas públicas.

O conceito de um rural maniqueísta, bipolar, de oposição ao urbano, tem sido interposto pela ideia de que não existe um espaço puramente rural ou urbano (VEIGA, 2001; 2004). A própria dinâmica das sociedades tornou muito próximos, na prática, esses dois conceitos/espacos. Com isso, além de desmistificar os espacos "puros", demonstrou mais uma gama de possibilidades de interações. As regras do PRONAF, por exemplo, foram se modificando no tempo para atender às reivindicações dos tomadores de crédito, que estão situados nos territórios onde essa dualidade em alguns casos desaparece.

No caso da Chamada Pública nº 10/12, os "beneficiários" foram as Unidades de Produção Familiar – UPF que tinham Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, podendo ser representadas por quaisquer de seus membros, desde que maiores de 16 anos. O grupo de "beneficiários" (representantes da UPF) do município deveria apresentar no mínimo 30% de mulheres (CHAMADA PÚBLICA nº 10/2012).

A metodologia adotada nesta Chamada Pública pretendeu seguir uma "rota crescente de sustentabilidade", a partir da elaboração de diversos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. Os serviços contratados foram a execução de metodologias que atendam a um número mínimo de participantes.

O projeto foi estruturado em atividades individuais (*visitas*) e atividades coletivas, *compulsórias* ou *selecionáveis*²⁹ na *linguagem-projeto*³⁰; sempre, em cada etapa, tem um número definido de ações a serem realizadas com um número mínimo (e máximo) de participantes³¹.

Primeiramente, foi prevista uma atividade de divulgação e mobilização para o projeto, no nível municipal. Após, foi feita a seleção dos "beneficiários" que aderiram

²⁹ *Compulsórias* diz respeito aos temas obrigatórios nas atividades, que são: elaboração do diagnóstico da UPF e seu Plano, DRP comunitário e o Plano de Desenvolvimento, as visitas de atualização do perfil e as avaliações anuais. *Selecionáveis* são os temas que foram diagnosticados como demanda das UPFs e das comunidades/grupos e que serão aplicados em duas visitas, dois intercâmbios, um dia de campo e uma oficina em cada ano de execução (CHAMADA PÚBLICA nº 10/12).

³⁰ *Linguagem-projeto* se refere às expressões e palavras usadas dentro do projeto para caracterizar uma determinada ação. Segundo SARDAN (1995, p. 16 – grifo acrescido), "lá onde esses universos entram em contato, no nível dos projetos de desenvolvimento, a linguagem-desenvolvimento, sob a forma específica da *linguagem-projeto*, serve essencialmente para a reprodução dos projetos sem penetrar na linguagem local." Interessante destacar que o autor se refere à *linguagem-projeto* como um paradoxo, pois "que é dirigida aos desenvolvidos, mas que só concerne aos desenvolvedores".

³¹ A comprovação da participação dos "beneficiários" é feita por meio de um "atesto" que deverá ser assinado por um membro da família no caso da atividade individual, ou pelo número mínimo de 16 "beneficiários" (e máximo de 24), no caso das atividades coletivas.

formalmente ao Projeto. Após a etapa de seleção o cronograma previa a realização de um diagnóstico e um plano individual da UPF; coletivamente, ainda, a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP e um Plano Coletivo. Essas ações determinaram os temas tratados nas *etapas selecionáveis* do projeto. A partir daí, o projeto foi desenvolvido durante três anos, mesclando atividades coletivas e individuais, com temas elencados na fase de *diagnóstico*.

A execução do projeto na comunidade da Colônia Z3 passou por um processo de discussão e esteve pautada na estratégia do trabalho da Ascar/Emater-RS nessa comunidade pesqueira, visto que para o município de Pelotas/RS tocava a execução do Projeto para 400 famílias. Portanto, foram desenvolvidas etapas de discussão do Projeto formalmente realizadas pelas instâncias de hierarquia da Ascar/Emater-RS, até o momento da definição do grupo a ser trabalhado. O Lote 48, do qual o grupo em questão fez parte, envolveu 11 municípios da região³², num total de 3.200 "beneficiários" e também envolvendo mais de 50 técnicos dos escritórios municipais e regionais da empresa³³.

No curso do desenvolvimento do projeto, após a definição dos temas selecionáveis e cumpridas as formalidades, as atividades passaram a ser desenvolvidas sob a responsabilidade dos técnicos para o cumprimento das metas. O grupo em questão teve o acompanhamento de uma técnica em agropecuária do escritório municipal da Ascar/Emater-RS de Pelotas e do engenheiro agrônomo chefe do escritório, além do apoio dos demais integrantes da equipe municipal e regional.

As atividades desenvolvidas, e que são a “cara” do projeto na comunidade, passaram por uma série de *ajustes* para serem executadas. Esses *ajustes*, para serem participativos, precisaram ser mediados por pessoas que seguiam critérios de dialogicidade e de respeito à diversidade sicionatural. Portanto, essa mediação passou a ser fundamental nessa relação da política pública (o Estado agindo), a vida privada das pessoas (a dinâmica social) e a melhor integração com o meio natural (dinâmica natural).

Ao se olhar para uma política que está enquadrada no conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar nacional, sob a ótica de sua aplicação em uma

³² Municípios e número de famílias beneficiadas: Amaral Ferrador – 100 famílias; Camaquã – 400; Cristal – 100; Chuvisca – 200; Canguçu – 700; Dom Feliciano – 300; Encruzilhada do Sul – 100; Pelotas – 400; Piratini – 200; São Lourenço do Sul – 600; Turuçu – 100, envolvendo o trabalho técnico dos Escritórios Regionais da Ascar/Emater-RS de Porto Alegre, Pelotas e Soledade (PROPOSTA TÉCNICA, 2012).

³³ Do ano de 2012 até 2015, na função de Supervisora Regional no Escritório Regional de Pelotas, a primeira autora deste artigo esteve na Equipe de Coordenação do Lote 48 do Projeto.

comunidade pesqueira, pareceu pertinente verificar esse processo o mais próximo possível da realidade.

3 APROXIMANDO-SE DAS ÁGUAS

Percorreu-se até aqui um percurso que buscou elucidar as questões que motivaram o desenvolvimento desse trabalho e realizar um breve enquadramento conceitual, destacando o foco analítico-investigativo como aquele da *aplicação de uma política pública para um público específico*. No contexto geral, tem-se que a forma mais própria para a obtenção das informações que permitam uma análise adequada sejam os próprios elementos do projeto: os documentos geradores e gerados, os chamados "beneficiários" e os mediadores principais.

Os diagnósticos já elaborados na primeira etapa do Projeto foram analisados, e estes foram conduzidos com famílias participantes, e o Diagnóstico Comunitário realizado com o grupo de pescadores no desenvolvimento da *Chamada*, bem como os planos individuais e comunitários. Características comuns dentro do grupo foram buscadas visando caracterizar um *modo de vida* particular.

Uma entrevista coletiva foi realizada com o grupo de pessoas participante da Chamada na comunidade de pescadores da Colônia Z3, para buscar extrair as percepções dos pescadores. Por limite de tempo, foi realizado apenas um encontro. Esse momento foi bastante rico e pode ser considerado como decisivo para a análise proposta. Este encontro e seus achados serão descritos adiante.

Questionários semiestruturados foram aplicados, de igual teor, aos técnicos envolvidos, sendo levantadas e descritas as suas percepções sobre o desenvolvimento do projeto. Tanto o grupo entrevistado quanto as entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas para análise.

Portanto, utilizou-se o quadro mais geral de uma pesquisa qualitativa, lançando-se mão da análise documental e da pesquisa de campo como procedimentos para o estudo.

O conceito de *percepção social* foi mobilizado para que, partindo da visão dos próprios participantes da política, se pudesse verificar as percepções sobre ela. A *percepção social* é um processo de interpretação do comportamento das pessoas. Nesse caso, a percepção verificada foi sobre um projeto que estava sendo desenvolvido na comunidade. Essa percepção certamente foi influenciada por vários fatores, que podem ser intrínsecos ou extrínsecos às pessoas, ou seja, motivados por algum fator do

ambiente (que também inclui outras pessoas). Portanto, por meio da utilização de método adequado, foi possível destacar a percepção dos pescadores sobre a política pública em questão. Gerhardt e Silveira (2009), falando sobre a construção do conhecimento científico, assim se referem às percepções:

[d]essa maneira ocorrem (...) as relações entre sensação, percepção e conhecimento, sendo que a percepção tem uma função mediadora entre o mundo caótico dos sentidos e o mundo mais ou menos organizado da atividade cognitiva (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 19).

Portanto, elucidar como essas sensações sobre o mundo se expressam foi o mote para captar a própria percepção desses pescadores. Complementarmente, se buscou alguns aspectos da percepção dos técnicos sobre o projeto, buscando as relações ou contradições entre elas.

Para a realização da entrevista coletiva contactou-se a equipe do Escritório Municipal da Ascar/Emater-RS de Pelotas e solicitou-se contato com a liderança do grupo de pescadores para que, a partir de algumas datas previamente propostas, fosse definido o horário, local, bem como os convites para participação, informando que se faria uma reunião para conversar sobre a *Chamada*. No dia da reunião a comunidade se encontrava sob o impacto de uma enchente recente e a casa da liderança onde ocorreu a reunião estava abrigando quatro famílias atingidas, além de servir de guarda e distribuição para os materiais doados. Confirmada a reunião, houve o deslocamento até a comunidade juntamente com a técnica do projeto, que, por solicitação, não participou da reunião.

Num primeiro momento da reunião foi explicado a todos os objetivos do trabalho de pesquisa, alguns detalhes sobre o projeto e sobre a dinâmica proposta. Perguntou-se se todos haviam entendido e se estavam dispostos a participar, ao que responderam positivamente. Em seguida, com o gravador ligado, foi solicitado a todos que se identificassem e autorizassem a gravação. Após, começou-se a aplicar um roteiro previamente estabelecido. A tarefa da pesquisadora coordenadora da reunião, durante o tempo de duração (1h e 10 min), foi de buscar manter o foco no roteiro proposto, evitando cortar a palavra dos participantes e estimulando o quanto possível a interação entre eles. Durante a reunião, por duas vezes chegaram pessoas pedindo material doado. Avalia-se que a atividade seguiu seu rito hermenêutico e conectou-se às questões motivadoras do estudo. Certo também, convém aqui citar, é que, na mesma medida,

suscitou mais questionamentos e inquietações sobre as políticas públicas e o cumprimento do dever do Estado no atendimento às injustiças sociais e ambientais.

Entrevistas semiestruturadas com os técnicos do escritório municipal da Ascar/Emater-RS, que estiveram mais diretamente envolvidos com a *Chamada*, também foram realizadas, chefe do escritório e a técnica agrícola, considerando que esta era mais presente na comunidade. As entrevistas foram realizadas separadamente, seguindo um roteiro previamente elaborado.

Os métodos e técnicas adotados permitiram levantar vários elementos para as análises e reflexões que seguem.

4 “SAFANDO” A REDE³⁴

UM POUCO DA HISTÓRIA DA COLÔNIA Z3

A comunidade da Colônia Z3 é localizada no 2º Distrito, distante 20 km da sede do município de Pelotas-RS, tendo cerca de 5.000 habitantes, a maioria pescadores artesanais ou com a pesca na origem familiar. Além da pesca, as atividades na agricultura (principalmente o cultivo de arroz) e pecuária, prestação de serviços e trabalho na cidade, somados à aposentadoria e programas sociais, movem economicamente a comunidade.

A história da Colônia Z3 se mistura à história do município por sua ocupação remota (o prédio mais antigo data de 1868).³⁵ Anteriormente, os pescadores, grande parte deles vindos da costa de Santa Catarina, foram se estabelecendo às margens da Lagoa dos Patos. Na Ilha da Feitoria, um pouco ao Norte da Z3, moravam dezenas de famílias de pescadores que pescavam e salgavam o peixe para consumo e venda. Quando da chegada da energia (gerador a diesel) na comunidade, na década de 1950, e a possibilidade de refrigerar o pescado, a maioria das famílias se mudou, deixando a Ilha quase desabitada. A comunidade viu sua pesca de água doce ser extinta na década de 1970 e os pescados de água salgada tomarem conta do comércio. O *bagre escalado*³⁶, que era vendido por arroba, entre as décadas de 1940 e 1960, desapareceu na década seguinte.

³⁴ Expressão utilizada no meio pesqueiro e que indica a retirada do peixe da rede, ou seja, o resultado do trabalho da pescaria.

³⁵ Descreve-se sucintamente alguns dos *achados* da ferramenta da “História da Comunidade” utilizada no DRP realizado pela Emater/RS com o grupo em 24/09/2013, como forma de contextualizar o trabalho na comunidade.

³⁶ Forma de cortar e salgar o peixe para conservação e comércio (DRP, 2013).

Na década de 1970 existia um cinema, um salão de baile e uma televisão na comunidade. Dessa década para a próxima é que as maiores mudanças começaram a ocorrer, com a instalação das indústrias de pescado em Rio Grande, criando a figura do *atravessador* e os pescados de água salgada passaram a ser comprados por “*catarinas*”³⁷. A Colônia de Pescadores Z3, entidade representativa da categoria, criada em 1921, transformou-se em Sindicato da Colônia de Pescadores Z3 no ano de 1988.

Na década de 1980, a Fundação Universidade de Rio Grande - FURG começou um trabalho ambiental na comunidade. Nesses anos a pesca já começava a dar sinais de limites, mas em 1988 ocorreu uma grande safra de camarão-rosa. Muitas salgas se instalaram. Na década de 1990 começaram a se intensificar os programas sociais, os problemas ambientais, como a diminuição drástica de pescado, se agravaram e surgiram o Fórum da Lagoa dos Patos e o Conselho das Lagoas Mirins e Mangueira - COMIRIM. Começaram a chegar políticas públicas (seguro-defeso, PRONAF, FEAPER) e os pescadores passam a ser mais reconhecidos. Em meados da década de 1990 surge o Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais – MPPA.

Nos anos 2000, os pescadores se referem à Cooperativa Lagoa Viva formada na comunidade e às formas de organização que já se “*desmantelavam*” e que eles denominaram 1ª Lagoa Viva e 2ª Lagoa Viva³⁸. Neste período foi executado o Programa RS-Rural Pesca em várias comunidades da região. Os projetos do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, citados pelos participantes do DRP, também merecem referência, pois responderam a uma demanda reprimida e construíram em três anos mais de mil moradias na comunidade.

Com o tempo a comunidade cresceu muito e hoje o principal problema enfrentado é justamente a falta de terra. Com as famílias crescendo, não existe mais espaço para novas construções e está sendo negociado com a prefeitura terras que pertencem aos arroteiros circunvizinhos, a fim de abrir novos loteamentos e expandir territorialmente a comunidade, mesmo que para áreas mais distantes da Lagoa (DRP, 2013).

A pesca tem uma importância marcante na história do município e já teve uma maior significação econômica, não mais constatada nos dias de hoje.

³⁷ Termo utilizado corriqueiramente, referente às pessoas oriundas do estado de Santa Catarina.

³⁸ A Cooperativa Lagoa Viva foi “beneficiária” de diversos projetos de diferentes fontes de recursos (municipal, estadual e federal) e estava estruturada com uma agroindústria com câmara fria, uma fábrica de gelo, um caminhão e um veículo, e faliu por problemas de gestão e concorrência. Já houve várias tentativas de retomar a planta, ainda sem soluções possíveis.

A PERCEPÇÃO DOS PESCADORES

O grupo de pescadores "beneficiários" da *Chamada da Sustentabilidade* é representativo da média de pescadores da comunidade, embora tenha o diferencial de pertencer ao "grupo da feira", o que lhes confere uma autonomia relativa importantíssima na comercialização³⁹. A partir dos diagnósticos (da *Chamada*) aos quais se teve acesso no Escritório Municipal Ascar/Emater-RS em Pelotas, em número de 11 famílias, percebe-se a homogeneidade interna do grupo. Destas, cinco eram compostas pelo casal e as demais tinham um e dois filhos (ou familiares vivendo sob o mesmo teto). Desses casais, quatro não tinham mais de 35 anos de idade e o casal mais idoso tinha 63 e 64 anos. A média de idade acima de 24 anos era de quase 40 anos (39,8); de 23 até 15 anos a média era de 18,8; e abaixo de 15 anos, pouco mais de seis anos na média (6,3).

Com relação à escolaridade declarada, do total de 35 respostas, 12 tinham o 1º Grau Incompleto (34,3%)⁴⁰, dois o 2º Grau Incompleto, três o Ensino Médio Completo, seis o 1º Grau Completo e oito foram considerados estudantes, pois estavam em idade escolar. Entre o Ensino Médio Completo e o 1º Grau Completo eram 25,84% os "beneficiários" dos cadastros. Quando somados aos estudantes, chegava-se a 48,7% dos respondentes dos diagnósticos, ou seja, quase metade teve acesso ao Ensino Médio, o que mostra uma realidade recente.

Estudo censitário realizado com os pescadores do Estuário da Lagoa registra uma taxa de analfabetismo de 10,9% (a média estadual é de 3,1%), sendo que em torno de "75% dos pescadores podem ser considerados analfabetos funcionais, por não terem concluído a escola fundamental" (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 155).

³⁹ A maior parte da produção pesqueira é vendida na forma fresca. Os pescadores vendem seus produtos a uma grande variedade de compradores, incluindo atravessadores, fábricas locais, associações/cooperativas e diretamente aos consumidores. Ainda assim, a venda a compradores locais e atravessadores é o modo predominante de comercialização nas principais localidades pesqueiras. Os preços mais altos são obtidos na venda direta ao consumidor, quanto observada pouca variação em preços entre os outros compradores identificados. Nos últimos anos, houve iniciativas para estimular a organização de associações e cooperativas de pescadores, como um modo de promover opções melhores e mais justas para a comercialização do pescado. Embora esse modo de comercialização tenha um papel potencial a desempenhar no futuro, ele tem uma importância menor atualmente na região (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. 154).

⁴⁰ É comum entre os pescadores o ensino até a 4ª série. Mas a falta de prática da leitura e da escrita e a precariedade do ensino em décadas passadas, somadas à necessidade de auxílio nas lidas pesqueiras, fez com que grande parte dos pescadores, mesmo que com ensino formal no nível da alfabetização, seja analfabeta funcional e somente "desenhe" o nome.

Somente um não possuía casa própria de alvenaria; seis deles declararam possuir embarcação, redes e motor e dois disseram ter *rancho de pesca*⁴¹.

Todos comercializam seus filés de peixe na feira e três disseram que entregam o peixe fresco para as *salgas*⁴², também vendendo para restaurantes e pelo menos para um supermercado. Todos pescadores são sindicalizados, alguns citando o movimento dos pescadores e igrejas como forma de organização social.

Alguns pescadores declararam atividades fora da pesca como forma de manter a renda e sustentar a família, como prestação de serviços (filetagem nas salgas), costura, artesanato, diarista. Também as aposentadorias, que em algumas moradias são duplas, bem como o SDPA (seguro-defeso) e o Bolsa Família viabilizam importantes entradas de dinheiro na economia familiar.

A escolha do grupo para participar da Chamada se deu muito em função da articulação com outra política pública, o FEAPER/SDR⁴³, em 2012. O grupo da feira havia sido contemplado com recursos para a aquisição de itens de melhoria para as Feiras de Pescado (balanças, reboques, caixas térmicas, freezers). Como eles estavam sendo orientados pelo Escritório Municipal da Ascar/Emater-RS para a efetivação das compras dos equipamentos, ao ser estabelecida essa meta de trabalhar com pelo menos um grupo de pescadoras/pescadores do universo de 400 famílias "beneficiárias" em Pelotas, a escolha recaiu sobre eles, que concordaram em aderir ao Projeto. No mesmo período a técnica da Emater estava retornando de licença maternidade e reingressou na equipe com a tarefa de assessorar esse grupo.

Quando da realização da entrevista coletiva, começou-se perguntando o que elas⁴⁴ entendiam pelo termo/noção de *sustentabilidade*. No primeiro momento, o grupo não respondeu, preferindo dizer que "não sabiam". Houve uma manifestação

⁴¹ Pequena estrutura para guardar e reparar as redes e outros *petrechos*, que pode ser na comunidade ou em algum acampamento.

⁴² Locais de comercialização do pescado, onde está inserida a rede de exploração dos pescadores e serve de correia de transmissão para as indústrias do estado e de fora dele. Todas as existentes na comunidade não são legais do ponto de vista ambiental e sanitário. O nome se deve ao tempo em que o pescado era conservado através da *salga*.

⁴³ Fundo Estadual de Amparo ao Pequeno Empreendimento Rural, da Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo, que foi extinta pelo Decreto nº 54.567, de 16 de abril de 2019. "A nova estrutura contempla e mantém as políticas públicas que eram desenvolvidas pela antiga SDR. A diferença é que agora estão articuladas com iniciativas semelhantes que já existiam na Secretaria da Agricultura", ressalta o secretário Covatti Filho (site oficial do Governo estadual, em 16/04/2019).

⁴⁴ Segue-se o exemplo de Patrícia de Araújo Silva (2013, p. 4), que ao entrevistar sete marisqueiras e um marisqueiro, usou o artigo feminino como genérico, já que estavam elas em maioria. No caso da *Chamada*, o número maior de "beneficiárias" são mulheres e no *grupo de entrevistados* estavam seis pescadoras e um pescador.

relacionando a palavra ao *sustento* da família, no sentido de que a feira "melhorou o trabalho", "seus *sustentos*" e que também melhorou suas vidas.

Quando feita a mesma pergunta na entrevista com os técnicos, um deles aproximou o termo à palavra *autonomia* e outro se referiu às dimensões sociais, ambientais e econômicas e à necessidade de desenvolvê-las em conjunto, sob o risco de um "desastre". Sobre a autonomia, houve uma aproximação às "oportunidades de capacitação", pois entende que com mais informação é possível ter mais autonomia de decisão, importante para tornar a produção mais sustentável.

Com relação ao grupo de entrevistados, uma das principais vantagens do projeto é que está ajudando a organizar o grupo (da feira), que se imaginava organizado e que hoje estão compreendendo que não estavam. O projeto ajudou a melhorar o trabalho da feira e trouxe mais ganhos com a venda direta ao consumidor.

A possibilidade de conhecer outras realidades que não só a do grupo foi bem enfatizada, com lembranças e memórias de viagens (intercâmbios) que arrancaram risos de todas em vários momentos da entrevista. O grupo reconhece essas atividades como suas demandas no início do projeto.

A referência à vida do agricultor na *colônia*⁴⁵, verificado em uma das viagens realizadas, demonstra a distância que existe entre esses trabalhadores. Algumas vezes, ao se referirem à colônia usaram termos como "do outro lado", "do lado de lá", "lá pra cima"⁴⁶, dando o sentido de distanciamento. Os comentários sobre as atividades do agricultor familiar deixaram evidente esse distanciamento entre esses trabalhadores, "admirados" com as produções dos agricultores familiares (doces, queijos, pães, bolachas...) e com o trabalho de plantio e colheita. Na mesma viagem em que participaram de um dia de campo sobre agricultura familiar, estiveram numa comunidade quilombola, onde a comunidade reunida os acolheu e trocou informações sobre suas histórias e seus modos de vida. Nesta ocasião, a primeira autora deste artigo teve a oportunidade de estar presente e foi muito interessante ver os olhares e conversas curiosas sobre essas *diferenças*. Ao ouvir, por exemplo, a história da escravidão no município, o comentário do grupo foi de que não sabiam que tinha acontecido tanta coisa "aqui mesmo".

⁴⁵ Colônia aqui como sinônimo de área rural.

⁴⁶ O município é composto por duas áreas bem distintas: uma mais baixa, nas margens da Lagoa dos Patos e Canal São Gonçalo, e outra mais alta, onde está situada a colônia e tem traços típicos da agricultura familiar. As altitudes variam de poucos metros a 429 m no ponto mais alto. Mas na maior parte da zona rural a altitude gira em torno de 200 m (Disponível em: www.pelotas.rs.gov.br. Acesso em: 22 nov. 2015).

Quando foi solicitado que o grupo explicasse o que entendia pela *Chamada da Sustentabilidade*, o que apareceu foi uma referência à responsabilidade dos participantes em estarem presentes, irem às reuniões para decidirem as coisas em conjunto.

Sobre os recursos financeiros, o grupo não tem clareza de onde vêm, somente a liderança tem conhecimento. Acreditam que o projeto tem ajudado a melhorar a freguesia e até o atendimento na feira. O problema enfatizado por todas é a situação de cheia que a Lagoa vive, com muita água doce, quando então o peixe “desaparece”.

ENTRE O MAR E O ROCHEDO

Nas entrevistas realizadas com os técnicos estes avaliam que os recursos financeiros possibilitam a execução das atividades, um dos pontos mais importantes do projeto. O técnico, que esteve envolvido nas construções e tratativas iniciais da *Chamada* em todo o município e na região, lembra que recebeu com “estranheza” a proposta da coordenadora regional da Emater de trabalhar com esse grupo de pescadores, já que a *Chamada* seria para agricultores familiares. Mas, considerando como um desafio aceitou e hoje considera mérito da equipe e da coordenação regional, pois o que ele tem ouvido dos pescadores e pescadoras da comunidade tem valido como recompensa: “o pescador disse, 'que bom que a Emater tá vindo de volta pra nós!'”.

O grupo acredita que o trabalho tem fortalecido laços de amizade (“coisa que talvez nem passava na cabeça deles...”) entre alguns dos participantes (“não são os 24, mas são uns sete ou oito...”). Como o grupo da feira vinha enfrentando problemas e não contava com nenhuma assessoria que pudesse ajudar a superar as dificuldades, o trabalho no projeto da *Sustentabilidade* cumpriu com essa função. O grupo classifica o trabalho da Emater como participativo, sem imposição, com diálogo e reflexão: “quanto mais se conversa, mais se entende”.

A técnica se envolveu bastante com a comunidade, gosta do trabalho com os pescadores, mas também acha que é pouco tempo dedicado a esse grupo, “pela complexidade do tema”. Ela tem outras tarefas “do outro lado”, que demandam sua presença mais que ali. Ainda assim, acredita que se não houvesse a *Chamada*, dificilmente viria àquela comunidade. Assim como no grupo, a capacitação aparece como um importante tema para os técnicos compreenderem o universo pesqueiro e assim poderem contribuir com o seu trabalho. A participação em eventos regionais, em especial o Fórum da Lagoa dos Patos, é estimulada e considerada um espaço constante

de capacitação. Mas, ainda assim, há o entendimento de que não é suficiente e temas novos devem ser propostos.

Alternativas de renda à pesca, como cultivo de pescado em tanques redes, devem ser estudadas, e no entendimento do técnico entrevistado, por meio de parcerias pode-se efetivar um projeto-piloto para “ir aprendendo”.

Os pescadores são unânimes também ao afirmar que melhorou a vida e o trabalho, com ênfase na melhoria de renda. Essa melhoria é atribuída às oportunidades e informações que lhes possibilitaram ocupar outros espaços de articulação e de comercialização.

Na opinião do grupo, a dinâmica do trabalho está sendo respeitada, com o grupo demandando os assuntos que necessitam ou gostariam de aprofundar nas reuniões e a Emater buscando a melhor forma de atender a demanda, com palestrantes ou intercâmbios. Os técnicos entendem como sendo sua essa responsabilidade: buscar atender as demandas para as atividades coletivas. Nesse aspecto, o acesso aos recursos financeiros fez a diferença.

As manifestações do grupo sobre o que mais gostaram na *Chamada* foram bastante divertidas e entre as mais comemoradas estavam as viagens e a “bóia”⁴⁷. A primeira atividade foi a visita de pescadores de duas comunidades do município de Rio Grande, da Ilha da Torotama e Ilha dos Marinheiros, que vieram conversar com o grupo da feira e trocar experiências. O evento foi considerado muito rico pelo grupo, já que permitiu que as comunidades, dispostas em um círculo dentro do salão, onde todos se enxergavam, pudessem travar um diálogo sobre seus modos de vida, suas pescarias e comercialização: “eles queriam saber como a gente sobrevive aqui”.

Outro tema demandado pelos pescadores foi a piscicultura. Em uma articulação com uma unidade de produção de alevinos da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, localizada no município de Arroio Grande, foi possível realizar a visita a essa unidade e aprender sobre o processo de reprodução e produção de peixes como carpas e jundiás. As pescadoras ficaram “admiradas” com o que viram. Relembrou que nesse dia muitos pescadores, ao verem os tanques de produção de peixes vazios pela despesca⁴⁸ não se conformavam por quais razões precisavam tirar *todos* os peixes. Talvez seja porque isso não faça parte do seu imaginário e um local sem peixe não faça sentido,

⁴⁷ Como foi referida a alimentação fornecida nas atividades coletivas.

⁴⁸ Despesca é o ato de tirar os peixes de um tanque para comercialização, transporte ou manejo. Geralmente são retirados todos os peixes para higienização e preparo para nova fase de produção. Na pesca artesanal um ambiente sem nenhum peixe não é desejável.

demonstrando uma racionalidade diversa à do agricultor, que tirará *toda* a sua produção para depois começar outra de forma totalmente artificial, ou seja, repovoando o tanque com novos indivíduos.

No mesmo dia visitaram ainda a comunidade pesqueira de Santa Isabel, também em Arroio Grande, que, apesar de já ser conhecida de muitos, não sabiam como funcionava a Cooperativa de Pescadores Artesanais de Santa Isabel – COOPESI, sua articulação com o PNAE⁴⁹ e as lendas e histórias da comunidade, que foram apresentadas ao grupo.

Quando perguntado ao grupo o que poderia melhorar se referiram à participação das pessoas. Alegam que sendo 22, às vezes tem apenas nove ou dez pessoas nas atividades. E também mandam filhos, “o que não adianta nada”. Depois de um debate sobre participação, apareceu a explicação que a escolha do grupo da feira, feita de forma rápida, pode ser um fator para a baixa participação, pois alguns, como já era sabido, não participariam. Também criticaram os que não participam, pois consideram que não foram sinceros em dizer e deixar a vaga para outros, “por egoísmo”.

O técnico que participou da seleção dos "beneficiários" explicou o processo e também concorda que foi “muito atropelado”, com prazo curtíssimo para cadastrar os participantes no sistema. Se tivesse mais tempo, se poderia dar mais foco na participação. Ainda assim, todos concordam que o cadastramento é pura formalidade: algumas pessoas não conseguiram se cadastrar, mas mesmo assim participavam assiduamente. O técnico considera a conduta de autocrítica como inerente ao extensionista. Logo, se existe problema de participação, tem que ser revista a estratégia, os temas que estão sendo tratados: “eu acho que aí nós temos grande parte”.

Quando perguntado ao grupo o que motiva a participação dos pescadores apareceram termos como *conhecimento, aprendizagem, ajuda*, “aprender pra não falar bobagem”.

Avaliam o trabalho da Emater como muito bom porque as ideias são sempre bem-vindas e a presença das técnicas⁵⁰ na comunidade é motivadora: “nem podemos nos queixar da Emater”. Mas, reivindicam uma ATER mais presente e permanente: “tem uma coisa ruim nos técnicos; eu preferia que a técnica trabalhasse sempre aqui e não subisse lá prá cima pra trabalhar com agricultor ou isso ou aquilo. Ela era pra estar à

⁴⁹ Programa Nacional de Alimentação Escolar.

⁵⁰ Na comunidade também estava sendo executado o Programa Brasil Sem Miséria e outra técnica, da área social, visitava regularmente as famílias e apoiava as ações da *sustentabilidade*.

disposição só nossa.” Foi lembrado que nos anos de 2000 a 2004 havia técnicos específicos para o trabalho nas comunidades pesqueiras nos EMs da região, através do RS Rural Pesca.

Foi afirmado que “o técnico agrícola ou agrônomo não tem formação para trabalhar com o pescador e quando chegam na Emater mandam trabalhar e então o técnico tem que ter disposição de aprender e gostar” (fragmento da entrevista coletiva). Foi dito que o diferencial de um bom técnico para a área da pesca é aquele que tem interesse em aprender. Na percepção dos técnicos também a sua capacitação é fundamental para trabalhar o interesse e a realidade dos pescadores e compreender os seus problemas. A falta do conhecimento básico sobre as atividades dos pescadores, os peixes, épocas, tipos e artes de pesca, acaba por afastar mais o pescador do técnico.

A visão dos técnicos corrobora em muito a percepção do grupo em diversos aspectos. Os técnicos concordam que a *Chamada* foi uma porta de entrada importante para o trabalho na comunidade. “Talvez sem uma forçadinha” da gestão regional a proposta não se efetivaria. A crítica dos técnicos em relação à *Chamada* diz respeito à burocracia existente, embora reconheçam que o controle seja necessário, “afinal, é dinheiro público”.

Ao final, encerrando a conversa, o grupo reivindicou uma técnica mais permanente para trabalhar com eles, pois a presença dela, por intermédio da *Chamada*, foi bastante positiva para as atividades do grupo. Ainda sugeriram que a *Chamada* devesse ser renovada ao final do terceiro ano, o que não ocorreu.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

Retomemos, então, às perguntas formuladas anteriormente: como os pescadores estão reagindo frente a esta política? quais as dificuldades para aplicação do projeto? quais potencialidades foram identificadas? quais atividades tiveram sucesso?

O que foi possível aprender é que a *Chamada Pública nº 10/12*, que foi executada na comunidade pesqueira da Colônia Z3, foi muito bem aproveitada pelos “beneficiários” e estreitou uma relação entre a ATER *oficial* e a comunidade, relação essa que extrapolou as ações do projeto.

A capacitação e tempo de dedicação dos técnicos às famílias pareceu constituir as maiores dificuldades, já que o cumprimento de metas metodológicas específicas não garantiu a continuidade do trabalho do(s) técnico(s) na comunidade, o que é premissa do trabalho extensionista.

A mediação posta em prática pelos técnicos, em especial a técnica que já acompanhava o projeto havia dois anos, e toda a rede de suporte construída, foi suficiente para adequar as atividades propostas à realidade e demandas das famílias de pescadores artesanais "beneficiárias". A dialogicidade expressa na relação permitiu a construção de atividades que foram valiosas para as famílias que participaram da entrevista.

Apesar das especificidades, confirmadas na pesquisa no que diz respeito ao *território* e ao *modo de vida* dos pescadores artesanais e sua distinção com a categoria dos agricultores familiares *cultivadores da terra*, não tem sido empecilho ao desenvolvimento da *Chamada*, antes ao contrário, tem proporcionado o intercâmbio entre eles. Essa talvez seja a maior potencialidade do projeto.

O que parece evidente é que não está em questão a metodologia, mas sim a presença do técnico na comunidade, conversando, levando e trazendo informações, motivando, reunindo, elaborando projetos, construindo junto o desenvolvimento e a autonomia das famílias. Necessário parece ser a sua capacitação para ter a confiança de propor ideias e construir soluções aos problemas refletidos pelo grupo.

Mesmo assim, em termos de metodologia, os intercâmbios são bastante comentados e bem-vindos pelo grupo. Cada um deles foi relatado com detalhes e risadas, mas com muito aprendizado. Para os técnicos, envolve outro tempo, o tempo de preparação de toda a estrutura, desde a articulação da atividade, os convites, a contratação de serviços, organização da alimentação e bem-estar dos participantes. Ainda assim, o relato foi muito empolgado e definido por um deles como a melhor metodologia que existe, "não tem outra...".

Apesar do bom desempenho da aplicação do projeto em si, não se pode perder de vista as especificidades reafirmadas dos pescadores artesanais e seu universo de realidades e lendas. Só podemos respeitar aquilo que conhecemos. Dessa forma, o que se pode evitar é que uma cultura tão rica se perca e se dilua em conceitos puramente normativos, e se secundarize o que realmente lhe é fundante - lhe espremendo em formulários que não lhes cabe: *o seu território e seu modo de vida*.

Claro está que esse artigo trata de apenas um aspecto da questão e que muito ainda deve ser explorado no campo do diálogo entre as políticas públicas e os públicos especiais, ou, melhor dizendo, as comunidades tradicionais, como o são os pescadores artesanais.

Também se entende que projetos de aproximação com os pescadores artesanais devam levar em consideração a capacitação dos técnicos que nele atuarão, para que seja mais qualificada essa intervenção, como possa ser mais adequada às famílias participantes, frutificando o diálogo e a ação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 33-55.

AQUINO, Joacir R. de; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2015.

ASCAR/EMATER-RS. *Proposta Técnica Chamada Pública para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar sustentável - Chamada Pública SAF/ATER - n° 10/2012*.

AZEVEDO, Natália T. de; PIERRI, Naina. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

BECKER, Anelise. O licenciamento ambiental da pesca e a licença a cargo da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Comentários aos Artigos 23 e 27, Inciso XV, da Lei n. 10.683/2003. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, a. II – n. 9, p. 11-30, – out./dez. Brasília, 2003.

BRASIL. *Instrução Normativa 02/201*. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 26 de janeiro de 2011.

BRASIL. *Lei n° 12.188*. Brasília: Presidência da República, 11 de janeiro de 2010.

BRASIL. *Lei n° 11.326*. Brasília: Presidência da República, 24 de julho de 2006.

Campanha pelo Território Pesqueiro. Conselho Pastoral dos Pescadores. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro> Acesso em: 18 abr. 2021.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

COELHO NETO, Agripino de S. Redes e territórios. *Mercator*, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

COLÔNIA Z3 - Histórico. Disponível em: <http://pontodecultura.ucpel.tche.br/?site=z3> Acesso em: 25 mar. 2021.

COSTA, Adriane L. Os falsos pescadores: supostas fragilidades na gestão pesqueira. In: COSTA, Adriane L. (ed.). *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: PNUD/IBAMA, 2007.

COSTA, Aléssio A. da. *A educação ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa

de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, Fundação Universidade de Rio Grande, 2013.

Corsino, Maria Clara. MDA lança Chamada de Ater para promover agricultura sustentável.

Disponível em : <https://www.cpt.com.br/noticias/mda-lanca-chamada-de-ater-para-promover-agricultura-sustentavel> Acesso em 17 abr. 2021

CUNHA, Lúcia H. O. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio C. (org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2000. p. 101-110.

Decreto 8.425 de 31 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm Acesso em: 11 abr. 2021.

Decreto nº 9.667. de 02 de janeiro de 2019. Estrutura Organizacional. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acao-informacao/institucional/documentos/organogramas/1.OrganogramaAdmDiretaMAPA_GeralDecNr96672019.pdf Acesso em: 11 abri. 2021.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO - DRP. *Relatório DRP Comunitário, realizado com o grupo participante da Chamada*. Pelotas, Colônia de Pescadores Z3, 2013. Mimeo.

DIEGUES, Antônio C. S. *Ilhas e mares: simbolismo imaginário*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antônio C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: DIEGUES, Antônio C. S. *Ecologia humana e planejamento em área costeira*. 2 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 39-58.

DIEGUES, Antônio C. S. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

DIEGUES, Antônio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

Presidência da República. Ministério da Previdência Social. Órgãos extintos. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/ministerio-da-previdencia-e-assistencia-social> Acesso em: 11 abr. 2021.

Emater/RS-Ascar planeja ações para promoção de agricultura familiar sustentável. Rede de notícias ASBRAER.

Disponível em : <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/1463-emater-rs-ascar-planeja-aco-es-para-promocao-de-agricultura-familiar-sustentavel> Acesso em 17 abr. 2021

GERHARDT, Tatiana. E.; SILVEIRA, Denise. T. (orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil –UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia – problemas e práticas*, n. 13, p. 59-74, 1993.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo. *Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação*. FAO/FURG: Roma, 2013.

Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12188&ano=2010&ato=c3dkXSU1keVpWta41> Acesso em: 17 abr. 2021.

MALDONDO, Simone C. No mar: conhecimento e produção. In: DIEGUES, Antônio C. (org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2000. p. 95-100.

MDA. *Edital Chamada Pública para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável - Chamada Pública SAF/ATER - nº 10/2012*.

MDA lança Chamada Pública para diversificação de produção e renda. *Jornal do Campo*, ed. 22 ago. 2103. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=28844&secao=No%EDcias&t=F> Acesso em 17 abr. 2021

MESSIAS, Liege S.; CAMARGO, Regina A. L. de. A Chamada Pública como alternativa à licitação: Seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: II Seminário Nacional em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – II SIPPEDES. *Anais...* UNESP. Franca, 2016.

MILANI, Carlos R. S. Apreendendo com a história: críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação sul-sul. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio/ago., 2012.

MPPA – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. *Cartilha para o trabalho de base da Campanha pelo Território Pesqueiro*. Recife (PE): CPP, 2012. Percepção Social. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/3279/percepção-social#ixzz3k1AMTm>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *Sítio Oficial* www.pelotas.com.br Acesso em: 25 mar. 2021.

RAMALHO, Cristiano. O caminhar sobre as águas das ciências sociais. In: COSTA, Adriane L. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA/PNUD, 2007. p. 92-114.

RAMALHO, Cristiano. O Mundo das águas e seus laços de pertencimento. *Raízes*, v. 23, n. 1-2, p. 62-72, jan/dez., 2005.

RAMALHO, Cristiano. Territorialidades marítimas, conflitos e pertencimento. *In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Anais...* Belo Horizonte: SBS, 2005.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v. 1, n. 1, ago. 2006.

SARDAN, Jean-Pierre O. de. *Antropologia e desenvolvimento.* Paris: Ed. Khartala, 1995.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/nova-estrutura-da-secretaria-da-agricultura-e-publicada-no-diario-oficial-do-estado> Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Kessy R. da. *A implementação da Chamada Pública de Ater Agroecológica no Vale do Ribeira (PR): desafios e viabilidade.* Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SILVA, Patrícia de S. O mar é masculino? O trabalho das mulheres na maricultura, Ponta da Ilha/Jurujuba, Niterói/Rj. Dissertação (Mestrado em Ciências) - no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antônio C. S.; SALES, Renato R. de. Limites e possibilidades da gestão da pesca artesanal costeira. *In: COSTA, Adriane L. Nas redes da pesca artesanal.* Brasília: IBAMA/PNUD, 2007. p. 15-93.

VEIGA, José E. da. Nem tudo é urbano. *Cienc. Cult.*, v. 56, n. 2, apr./june. 2004.

VEIGA, José E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.